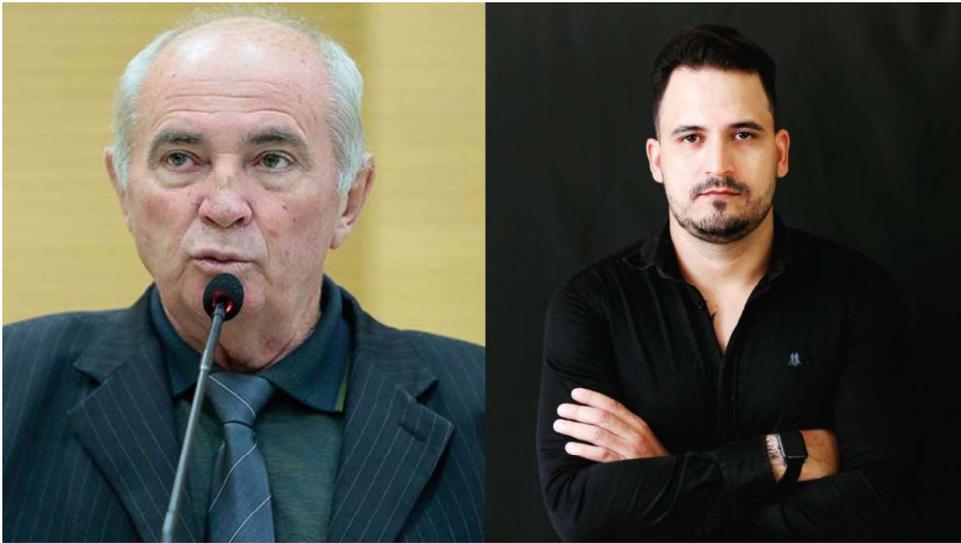


## Câmara recorre ao STF para tentar manter mandato de Lebrão e outros seis deputados

*No recurso, Hugo Motta solicita que a decisão do STF produza efeitos apenas a partir das eleições de 2026, preservando os mandatos conquistados em 2022*



**Novo entendimento tira do deputado Lebrão a oitava cadeira de Rondônia na Câmara Federal e entrega para Rafael Fera. Disputa tende a se estender por um longo período antes da decisão final.**

A Câmara dos Deputados ingressou nesta segunda-feira (19) com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar impedir a perda do mandato de sete parlamentares eleitos em 2022, entre eles José Eurípedes Clemente, o Lebrão (União Brasil-RO). O pedido foi protocolado pelo presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), e busca contestar os efeitos retroativos da decisão do STF sobre as chamadas sobras eleitorais.

Em decisão tomada em março deste ano, o Supremo eliminou a exigência de que apenas partidos que atingissem ao menos 80% do quociente eleitoral — e cujos candidatos alcançassem no mínimo 20% desse número — pudessem disputar as vagas remanescentes nas eleições proporcionais. A nova regra foi aplicada com efeitos imediatos, afetando

diretamente o resultado das eleições de 2022.

A medida, resultado de embargos apresentados por partidos como Rede Sustentabilidade, PSB e Podemos, pode levar à substituição de sete deputados federais. No caso de Rondônia, Lebrão perderia o mandato para Rafael “Fera” (Podemos), que não havia sido eleito sob a regra anterior.

Além de Lebrão, estão sob risco de perder seus mandatos: Gilvan Máximo (Republicanos-DF), Sílvia Waiãpi (PL-AP), Sonize Barbosa (PL-AP), Professora Goreth (PDT-AP), Dr. Pupio (MDB-AP) e Lázaro Botelho (PP-TO)

### Câmara defende princípio da anualidade

No recurso, Hugo Motta solicita que a decisão do STF produza

efeitos apenas a partir das eleições de 2026, preservando os mandatos conquistados em 2022. A Câmara argumenta que aplicar a nova regra de forma retroativa viola o princípio da anualidade eleitoral, previsto na Constituição Federal, e compromete a previsibilidade do processo democrático. “A revisão dessa decisão, sem qualquer mudança fática ou normativa relevante, viola a estabilidade do ordenamento jurídico e abre precedente perigoso de instabilidade institucional”, aponta o texto encaminhado ao STF.

O recurso também destaca que a mesma matéria já havia sido julgada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7325, com efeitos definidos apenas a partir de 2024. Reabrir a discussão, segundo a Câmara, seria uma afronta à coisa julgada.

O que são as sobras eleitorais?

As sobras eleitorais são vagas que permanecem disponíveis após a aplicação do quociente eleitoral — cálculo utilizado para distribuir as cadeiras nas eleições proporcionais (como para deputados). A regra anterior restringia quem podia disputar essas vagas, favorecendo os partidos com maior votação. A nova interpretação do STF amplia o acesso, o que pode alterar significativamente a composição do Legislativo.

Agora, caberá ao STF decidir se mantém os efeitos retroativos da mudança ou se preserva os mandatos conquistados em 2022 sob as regras então vigentes. Até lá, o futuro político de Lebrão e dos outros seis parlamentares permanece indefinido.

O corpo consegue  
o que a mente  
acredita!



MUDE 1  
HÁBITO

Unimed  
Porto Velho

SOMOS COOP

## BR 364: Jaime Bagattoli e Marcos Rogério promovem diligências para debater impactos da concessão da rodovia

Após um requerimento do senador Jaime Bagattoli (PL), a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo senador Marcos Rogério (PL), promoveu, na segunda-feira (19), duas diligências para debater os impactos da concessão da BR-364 no estado. Os encontros aconteceram nas câmaras municipais de Ji-Paraná e Vilhena e deram voz às entidades do setor produtivo, lideranças indígenas e a população em geral.

Num dos momentos de maior destaque, Bagattoli voltou a defender a revisão de pontos do contrato de concessão da rodovia e detalhou, em números, os impactos que o modelo de privatização terá na economia.

“Ainda em 2023, eu já alertava sobre os prejuízos que essa privatização traria ao estado, mas acabei lutando sozinho. Planejam



**Os encontros aconteceram nas câmaras municipais de Ji-Paraná e Vilhena e deram voz às entidades do setor produtivo, lideranças indígenas e a população em geral.**

a cobrança de pedágio antes da entrega das benfeitorias, a duplicação de apenas 15% do trecho em 30 anos de concessão, ou seja, os prejuízos são muitos e vão afetar, principalmente o consumidor final do nosso estado e até mesmo de estados vizinhos do Acre, Mato Grosso e Amazonas”, detalhou o senador.

As preocupações

do senador foram apoiadas na fala de representantes da economia e sociedade rondonienses, como empresários, lideranças indígenas e entidades.

“No fim das contas, o pedágio vai ficar mais caro que o gasto com óleo diesel, que já corresponde quase 60% do nosso gasto na BR-364. O que vai sobrar? Essa conta será paga pelo

consumidor final”, afirmou o empresário de transporte de carga, Flávio Marcondes de Campos.

“A concessão está agregando custos às mercadorias e isso será sentido na ponta final, o consumidor”, falou Elias Pereira, presidente da CDL Ji-Paraná.

“Em nenhum momento as autoridades (federais) e as empresas procuraram ou consultaram

nós (indígenas). Nós queremos fazer parte do cenário político e econômico do país”, declarou o cacique da etnia gavião, Wellington Gavião.

Com a conclusão das diligências, o senador Bagattoli deve reencontrar, em breve, o ministro dos Transportes, Renan Filho, para apresentar as demandas colhidas nos dois encontros.

# DIÁRIO RO

www.diario.ro.br

Empresa Jornalística Voz Regional Ltda  
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008  
Avenida Campos Sales, 5156 - Eletrônorte  
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo  
(69) 3224-2485

jornalismo.diario.ro@gmail.com

**REDAÇÃO**

Rua General Osório, 243,  
Centro - Porto Velho - RO

*Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.*

Redação

diarioderondonia@gmail.com

**Comercial**

vozregionaladm@gmail.com  
(69) 98163-1670

A vida em  
Ariquemes está  
mudando para  
melhor!



Somos uma das  
cidades de Rondônia  
que mais investe  
em saneamento.

99% da população conta  
com água tratada e as obras na  
rede de esgoto seguem avançando.

AGUAS DE  
**GE ARIQUEMES**

segearo.com.br  
0800 690 0100

Foto: "Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS), Setembro 2023"

# Com risco de desabamento, MPF recomenda ações urgentes em ponte sobre o Rio Candeias

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a adoção de providências imediatas quanto à situação estrutural da ponte sobre o Rio Candeias, que liga o município de Candeias do Jamari à capital Porto Velho (RO). Entre as medidas recomendadas estão a manutenção do sistema de “pare e siga”, reparos emergenciais e a apresentação de um projeto técnico de recuperação da estrutura. O órgão federal concedeu prazo de 48 horas para que o DNIT informe se acatará as recomendações.

A recomendação foi emitida com base em uma vistoria técnica realizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia (Crea-RO). A inspeção foi solicitada pelo MPF no dia 8 de maio e executada no dia 13 do mesmo mês, com visita posterior à sede do DNIT, em Porto Velho, para averiguação dos procedimentos adotados pelo órgão em relação à

ponte.

Durante a inspeção visual, os técnicos identificaram risco significativo de colapso estrutural, agravado pelo uso contínuo da ponte e pela presença de deformações excessivas e patologias progressivas. As anomalias indicam que a estrutura está submetida a tensões elevadas, o que pode comprometer sua integridade em curto prazo. Segundo o MPF, com base na metodologia GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), a situação da ponte é considerada gravíssima e exige intervenção imediata. Além das condições estruturais precárias, a alta circulação diária de veículos pesados contribui para a tendência de colapso da estrutura.

A recomendação estabelece seis ações prioritárias que o DNIT deve cumprir:

- Manutenção do sistema de pare e siga, com alternância de fluxo e concentração do tráfego na região central do eixo longitudinal da ponte;

- Alternância no tráfego de veículos pesados e leves, in-



**A recomendação foi emitida com base em uma vistoria técnica realizada pelo CREA-RO**

tercalando veículos menores entre os de grande porte, até que seja realizada uma avaliação técnica detalhada e executada a protensão externa (técnica de reforço estrutural com cabos de aço);

- Inspeção estrutural aprofundada, com participação de engenheiros civis habilitados e posterior apresentação de projeto completo de recuperação;

- Execução de medidas emergenciais de reforço estrutural, substituição de materiais comprometidos e monitoramento contínuo da ponte;

- Acompanhamento técnico cons-

tante, com vistas a evitar a evolução das deformações para um colapso;

- Elaboração de cronograma com prazos definidos para reformas, tanto na ponte atualmente em uso (sob sistema alternado) quanto na ponte antiga, atualmente interdita.

O procurador da República Raphael Bevilaqua, autor da recomendação, destacou que a adoção dessas medidas não exclui outras providências que o DNIT entenda como eficazes para assegurar a estabilidade da ponte.

O MPF também lembrou outros casos recentes de de-

sabamentos trágicos envolvendo pontes federais. Em setembro de 2022, duas pontes colapsaram nos quilômetros 23 e 34 da BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), resultando em cinco mortes, 10 feridos e vários veículos submersos. Mais recentemente, em 22 de dezembro de 2024, a ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira — que conectava os estados do Maranhão e Tocantins pela BR-226 — desabou, ocasionando a queda de três veículos de passeio, três motocicletas e quatro caminhões, com pelo menos 17 vítimas fatais.

**Quem vai de VM vai mais longe!**

**Onde você viaja com quem gosta de viajar**

#vaideVM

**Conheça nossas rotas:**

- RONDÔNIA À MATO GROSSO  
PORTO-VELHO — SINOP
- RONDÔNIA À ACRE  
PORTO-VELHO — CRUZEIRO DO SUL

**Melhor preço**

**Qualidade**

**Conforto**

- Wi-Fi
- Água gelada
- Air condicionado
- Poltronas leito total
- Entrada USB nas poltronas

# STF é acionado contra lei que ‘perdoa’ multas por crimes ambientais e legaliza uso de áreas ocupadas em unidade de conservação em Rondônia

O Partido Verde (PV) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei Complementar nº 1.274/2025, que regulariza a presença de pessoas que vivem ou trabalham de forma irregular na Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, em Rondônia. Na prática, a norma “perdoa” multas por crimes ambientais e cancela processos judiciais relacionados à ocupação.

Como argumento para pedir a declaração de inconstitucionalidade da lei, o PV afirma que legislar sobre normas gerais de proteção ambiental, incluindo o uso de unidades de conservação, é competência exclusiva da União, conforme estabelece a Constituição de 1988. Assim, ao criar um regime autônomo, “a lei estadual extrapola sua competência suplementar”. Para o Partido Verde, a lei representa um grave retrocesso ambiental. Ao eliminar as consequências legais dos crimes ambientais sob a justificativa de que houve anuência do Estado, a lei cria um ambiente de transgressão, complacência e impuni-

dade.

Outro ponto destacado no documento é que, ao autorizar a regularização das ocupações dentro da reserva, a lei não estabelece critérios claros ou mecanismos para a recuperação das áreas já degradadas.

A Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná é uma unidade de conservação estadual criada para proteger o meio ambiente e garantir o uso sustentável dos recursos naturais por comunidades tradicionais, como seringueiros e extrativistas.

A Lei Complementar nº 1.274/2025 é de autoria do deputado Dr. Luis do Hospital (MDB). Ela foi vetada pelo governador de Rondônia, mas os parlamentares derrubaram o veto e decidiram promulgar a lei por conta própria. Ou seja, ela já está em validade, publicada no Diário Oficial da ALE-RO.

## Distribuição no STF

No STF, a ação foi distribuída ao ministro Cristiano Zanin. O Partido Verde pede a suspensão imediata na lei, além



**Lei Complementar nº 1.274/2025 foi vetada pelo governador de Rondônia, mas os parlamentares derrubaram o veto e promulgaram a lei.**

da declaração de inconstitucionalidade, tanto por motivos formais (invasão de competência da União) quanto materiais (violação a direitos fundamentais e retrocesso ambiental).

Em despacho publicado no dia 19 de maio, o ministro pediu informações sobre o caso ao Governador e à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO). Também devem ser ouvidos Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República.

## Outra ação

O Ministério Pú-

blico de Rondônia (MP-RO) também entrou na Justiça contra a norma. O pedido de medida cautelar foi encaminhado ao Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), que irá decidir, inicialmente, sobre a suspensão imediata da lei. Em seguida, o mérito da ação será julgado, com possibilidade de declaração definitiva de inconstitucionalidade da norma. “A atuação do MP é em defesa da coletividade e da proteção do meio ambiente, principalmente daquela unidade de preservação ambiental, que é patrimônio público. Logo, ela não pode ser utilizada para

favorecer determinados grupos, principalmente invasores, que já vêm registrando muitos danos ambientais da RESEX ao longo dos anos”, aponta a promotora Dra Edna Capeli.

O Ministério Público argumenta que a lei é inconstitucional, fere princípios da Constituição e enfraquece a proteção ambiental no país. Segundo o MP, a norma também vai contra a Lei Federal nº 9.985/2000, que diz que reservas extrativistas devem ser usadas apenas por populações tradicionais, proibindo ocupações irregulares e atividades econômicas com fins comerciais.

**NOVIDADES CHEGANDO POR AQUI.**

**O MAIOR TOBOÁGUA DE PORTO VELHO 12 METROS DE ALTURA**

**BORA RINKA**

Associe-se já: (69) 4141-5050

@f @tenisclubesvvh.com.br

Speed Line, Toboágua 3 Curvas, Toboágua 4 Curvas, Tree Fall

# Hotéis lotados e economia aquecida: Ji-Paraná sente efeitos da Rondônia Rural Show

Faltando poucos dias para a 12ª edição da Rondônia Rural Show Internacional, que acontece de 26 a 31 de maio, Ji-Paraná já colhe os frutos do evento. O setor hoteleiro da cidade está com ocupação máxima, resultado de reservas feitas com semanas — e até meses — de antecedência.

Rodrigo Domingues, gerente de um hotel local, confirma o cenário. “Estamos operando com lotação máxima”, afirmou. O secretário municipal de Turismo, Luiz Domene, também destaca o impacto. “A rede hoteleira já está toda lotada”, disse.

A procura começou cedo. Segundo André Manoel, outro gerente de hotel, as primeiras reservas foram feitas ainda em janeiro. Para ele, os efeitos positivos da feira vão além da semana do evento. “A feira não representa só o período em que acontece. O movimento começa bem antes e se estende depois”, explicou.

Veterano da Rondônia Rural Show, o expositor Luiz Andrade, de Vilhena, já se habituou a garantir hospedagem com bastante antecedência. Com a alta demanda, os hotéis reforçam as equipes e ajustam rotinas para atender ao fluxo de visitantes.

A população local também entra na onda. Com a rede tradicional esgotada, muitos moradores passaram a oferecer hospedagens alternativas. “Algumas pessoas nos procuraram para oferecer casas e chácaras para alugar”, relatou André Manoel.

Mais do que uma feira, a Rondônia Rural Show é considerada o maior impulso econômico do ano para Ji-Paraná. A expectativa é que a edição de 2024 supere as anteriores, fortalecendo ainda mais a posição do município como referência no agronegócio da Região Norte. (SGC).



*Mais do que uma feira, a Rondônia Rural Show é considerada o maior impulso econômico do ano para Ji-Paraná*

## Rondônia Rural Show 2025 destaca inovação e sustentabilidade no agronegócio

O secretário de Estado da Agricultura, Luiz Paulo, destacou a importância da Rondônia Rural Show Internacional, que chega à sua 12ª edição como o maior evento agropecuário da Região Norte. Realizada anualmente em Ji-Paraná, a feira movimentou o agronegócio rondoniense, reunindo produtores, empresas, pesquisadores e visitantes de todo o Brasil e do exterior.

Com o tema “Do Campo ao Futuro”, a edição 2025 acontece de 26 a 31 de maio, no Centro Tecnológico Vandeci Rack, com foco em inovação, sustentabilidade e geração de negócios. A programação inclui exposições de máquinas e equipamentos agrícolas, vitrines tecnológicas, demonstrações práticas, palestras, oficinas e rodadas de negócios. Um dos destaques é o retorno do estande da piscicultura, com novas tecnologias e investimentos para o setor.

O evento contará com espaços temáticos, como os pavilhões da

Agricultura Familiar, Artesanato, Bovinocultura Leiteira, Empresarial Internacional e Governamental. A feira ainda oferece praças de alimentação, a vitrine tecnológica do girassol e um novo portal de acesso em construção, além de ampliação do estacionamento.

Para garantir ampla participação, o Governo de Rondônia, por meio da Seagri e com apoio da Emater-RO e das prefeituras, vai oferecer transporte gratuito para produtores rurais e estudantes de diversas regiões do estado. A expectativa é de mais de 700 visitantes por dia, com destaque para o tradicional “Dia do Leite”, que deve reunir mil produtores.

A Rondônia Rural Show Internacional fortalece a imagem do estado como referência nacional no setor agropecuário, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e criando novas oportunidades para os pequenos, médios e grandes produtores. (SGC)

**TRATORMAG**  
Peças para Tratores e Máquinas Pesadas

Distribuidora Autorizada  
**BATERIAS MOURA**

(69) 3535 - 4550  
Av Canaã 1510, Áreas Especiais, Ariquemes-RO

[www.tratormag.com.br](http://www.tratormag.com.br)

**PAGAMENTO em até 10x sem juros no cartão de crédito**

# Ex-prefeito de Porto Velho, Carlinhos Carmuça é condenado a 20 anos de prisão por abuso de menor

O ex-prefeito de Porto Velho e ex-deputado federal por Rondônia, Carlinhos Carmuça, foi condenado a 20 anos de reclusão em regime fechado pelo crime de estupro de vulnerável, segundo decisão proferida pela Justiça do Estado. A sentença ainda é passível de recurso junto às instâncias superiores.

Conforme denúncia apresenta-

da pelo Ministério Público de Rondônia (MPRO), o ex-prefeito é acusado de ter abusado sexualmente de uma menina de 11 anos de idade. A investigação comprovou que os abusos ocorreram em mais de uma ocasião, resultando em graves impactos à integridade física e emocional da vítima.

O processo correu sob sigilo de justiça, conforme



**Ex-Prefeito Carlinhos Carmuça recorreu da condenação.**

previsto em lei, para preservar a identidade da vítima e garantir os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A decisão judicial se baseou em provas

técnicas e em depoimentos colhidos ao longo da investigação, conduzida pelo MP e pelas autoridades policiais.

Carlinhos Carmuça teve papel de destaque na política rondoniense. Atuou como deputado federal por duas legislaturas e assumiu a Prefeitura de Porto Velho no final dos anos 1980. Em 1998, chegou ao cargo de prefeito titular após o afastamento de Chiquilito Erse por problemas de saúde, sendo posteriormente reeleito em 2000.

A defesa de Carlinhos Carmuça emitiu nota de esclarecimento nesta terça-feira (21). O advogado Renato Cavalcante, que representa o político, informou que já foram interpostos embargos de declaração contra a sentença, destacando omissões, contradições e obscuridades que, segundo ele, comprometem a legalidade da decisão judicial.

A condenação se refere a um processo que tramita sob sigilo de justiça e que envolve a acusação de estupro contra uma menina de 11 anos. Apesar da gravidade da pena imposta, a defesa argumenta que há elementos relevantes desconsiderados pelo juiz de primeiro grau e que o processo apresenta falhas na condução e fundamentação da sentença.



## ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI - RO

Setor de Licitações e Contratações Públicas – SLCP

### AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO

Torna-se pública a nova data do Pregão Eletrônico n.º 22/2025, exclusivo para ME, EPP e MEL, do tipo Menor Preço por ITEM, referente ao Processo n.º 1-0482/2025/SEMUSA, cujo objeto é a aquisição de material hospitalar do tipo penso (fraldas geriátricas, equipo, eletrodos para ECG adulto e cateteres Jelco) para atender às necessidades da SEMUSA. Republicação motivada por falha na publicação anterior no DOU. A sessão ocorrerá em 05/06/2025, às 11h00 (horário de Brasília - DF), no sistema Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)). Valor estimado: R\$ 62.024,00. Obtenção do edital e demais informações: PNCP; [www.cabixi.ro.gov.br](http://www.cabixi.ro.gov.br); [cpl\\_cabixi@hotmail.com](mailto:cpl_cabixi@hotmail.com) ou pelo telefone (69) 3345-2553.

Cabixi – RO, 20 de maio de 2025.

Allison Maicon Bento Pretto  
Agente de Contratação  
Dec. n.º 082/2024



## ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

### ORDEM DE REINICIO DE OBRA

CONTRATO: N.º 046/PMAP/2023  
PROCESSO: 1-1144/2023/SEMOSP  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - RO  
CONTRATADO: CONSTRUTORA E INCORPORADORA COLISEU LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 11.139.487/0001-04.  
DO OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM TSD COM DRENAGEM, MEIO FIO E SARJETAS EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONVÊNIO SICONV N.º 864909/2018.  
COM REINICIO DE OBRA: 20/05/2025

Alto Paraíso – RO, 20 de maio 2025

JOÃO PAVAN  
PREFEITO MUNICIPAL  
Obs.: Contrato assinado eletronicamente.



## ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

### EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO

CONTRATO: N.º 044/PMAP/2024  
PROCESSO: 1-967/2024/SEMOSP  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - RO  
CONTRATADO: EMPRESA LANG CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 13.226.140/0001-24.  
DA VIGÊNCIA: O prazo estabelecido no item 7.2.1 do Contrato n.º 044/PMAP/2024, será prorrogado por 60 (sessenta) dias corridos, no período compreendido entre 22/05/2025 a 20/07/2025.

Alto Paraíso – RO, 20 de maio de 2025.

JOÃO PAVAN  
PREFEITO MUNICIPAL



## ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI - RO

Setor de Licitações e Contratações Públicas – SLCP

### AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO

Torna-se pública a nova data do Pregão Eletrônico n.º 21/2025, tipo Menor Preço por ITEM, referente ao Processo n.º 1-0421/2025/SEMUSA, cujo objeto é a aquisição de material de escritório para a SEMUSA. Republicação por falha na publicação anterior no DOU. A sessão ocorrerá em 05/06/2025, às 09h30 (horário de Brasília - DF), no sistema Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)). Valor estimado: R\$ 114.005,20. Obtenção do edital e demais informações: PNCP; [www.cabixi.ro.gov.br](http://www.cabixi.ro.gov.br); [cpl\\_cabixi@hotmail.com](mailto:cpl_cabixi@hotmail.com) ou (69) 3345-2553.  
Cabixi – RO, 20 de maio de 2025.

Allison Maicon Bento Pretto  
Agente de Contratação  
Dec. n.º 082/2024

# Suspeito é preso em operação contra grupo que usava empresas de fachada para 'lavar' dinheiro em RO

Um grupo suspeito de lavar dinheiro usando empresas de fachada foi alvo de uma operação da Polícia Civil nesta terça-feira (20) em Porto Velho. Uma pessoa foi presa em flagrante e cerca de 100 medida judiciais foram cumpridas, entre elas 25 mandados de busca e apreensão.

De acordo com a polícia, o grupo, investigado desde 2022, criava empresas em nome de 'laranjas' para esconder a origem do dinheiro obtido com crimes e fazê-lo parecer lícito. Os suspeitos também usavam documentos falsos e compravam bens em nome

de outras pessoas, o que, segundo os investigadores, era uma outra forma de simular uma vida financeira compatível e dar aparência legal ao dinheiro.

A Polícia Civil não informou de onde vinha o dinheiro que era lavado e nem como o grupo tinha acesso aos dados pessoais de terceiros para abrir as empresas e comprar os bens.

O nome da operação faz referência ao famoso mafioso americano Al Capone e contou com o apoio da Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN). A Polícia Civil afirmou que segue firme no trabalho de investigação.



**Investigados compravam bens em nome de outras pessoas para dar aparência legal ao dinheiro obtido com crimes, segundo polícia. 100 medida judiciais foram cumpridas, entre elas 25 mandados de busca e apreensão.**

## Mulher é entubada após grave acidente entre moto e caminhonete no centro da capital

Um grave acidente de trânsito foi registrado na manhã desta terça-feira (20) no cruzamento da Rua Jacy Paraná com a Rua Venezuela, região central de Porto Velho. A colisão envolveu uma motocicleta e uma caminhonete e deixou uma mulher em estado gravíssimo.

A motociclista seguia pela Rua Venezuela, no sentido Avenida Amazonas,

quando teria avançado a preferencial da Rua Jacy Paraná.

No momento da travessia, acabou colidindo violentamente contra a lateral esquerda de uma caminhonete modelo Range, que trafegava no sentido centro da cidade. Com o forte impacto, a condutora da moto ficou inconsciente. Equipes de resgate foram acionadas rapidamente

e prestaram os primeiros socorros no local. Devido à gravidade dos ferimentos, ela precisou ser entubada e foi encaminhada em estado crítico ao Hospital João Paulo II.

A Polícia Militar esteve presente para isolar a área e registrar a ocorrência. A perícia técnico-científica também foi acionada para realizar os procedimentos de praxe.

## Homem é agredido por populares após furtar chicletes

Um homem de 50 anos foi agredido por populares e detido, após furtar seis caixas de chicletes, na tarde desta terça-feira (20), em um estabelecimento comercial na Avenida José Amador dos Reis, bairro JK, zona Leste de Porto Velho (RO).

Uma equipe da Polícia Militar foi acionada e se deslo-

cou até o local após receber informações sobre o furto.

O homem já havia sido contido nas proximidades do comércio e agredido por populares ao tentar fugir.

Ele recebeu voz de prisão e foi encaminhado ao Departamento de Flagrantes para as providências cabíveis.

**Brasil DIGITAL**  
A Internet Maceta!

**TRAVOU?**  
**VEM PRA INTERNET MACETA!**



# Rondoniense de Juniores Sub-20 deve começar no dia 7 de junho com três grupos

O Departamento de Competições da Federação de Futebol do Estado de Rondônia realizará o sorteio dos mandos de campo dos jogos do Campeonato Rondoniense Juniores Sub-20 na próxima quarta-feira. Os clubes que aderiram à competição são Genus Sport Clube, Gazin Porto Velho, Rondoniense Social Clube, Ji-Paraná Futebol Clube, União Cacoalense, Clube Atlético Pimentense e Vilhena Esporte Clube.

A competição deve iniciar no dia 7 de junho será disputada em três grupos A, B e C, respeitando a distância geográfica entre os municípios para a formação dos grupos, no grupo A estão clubes da capital, Genus, Gazin Porto Velho e Rondoniense, no grupo B estão Ji-Paraná e União Cacoalense, Pimentense e Vilhena estão no grupo C. Os clubes se enfrentam em partidas de ida e volta, os que



**Sorteio definindo o mando de campo dos jogos será na próxima quarta-feira**

somarem mais pontos avançam às semifinais. Sendo o primeiro colocado do grupo B e C. No grupo A serão dois classificados, o 1º e o 2º colocado. Na segunda fase, também com jogos de ida e volta, os dois classificados do Grupo A se

enfrentam por uma vaga na grande final, enquanto os classificados do grupo B e C também se enfrentam por vaga na final. Os clubes devem compor o grupo de atletas nascidos a partir do ano de 2005.

# Campeonato Estadual de Ciclismo movimentando turismo e leva adrenalina às estradas da Vila de Teotônio

A segunda etapa do Campeonato Estadual de Ciclismo foi realizada neste fim de semana dia 18/05 domingo na charmosa Vila de Teotônio, em Porto Velho, e transformou a região em um palco de emoção, velocidade e fomento ao turismo local. A prova, promovida pela Federação de Ciclismo de Rondônia (FECRO) reuniu atletas de diversas partes do estado e atraiu moradores e visitantes para acompanhar o espetáculo sobre duas rodas.

Sob a liderança do presidente da FECRO Josué Capistrano, a etapa foi marcada por uma excelente organização e uma estrutura que atendeu às expectativas dos competidores e do público. A dinâmica da prova tomou conta das estradas da vila, com imagens impressionantes que destacaram não apenas o desempenho dos ciclistas, mas também a beleza natural do percurso. A competição foi mais uma vez impulsionada pela parceria com a arbitragem formados pela CBC, que



**Etapa foi marcada por uma excelente organização e estrutura.**

desempenhou um papel fundamental na promoção do evento. A empresa contribuiu para a visibilidade da prova e para a valorização do ciclismo rondoniense, reafirmando o compromisso com o esporte e o desenvolvimento local.

Com um percurso desafiador, belas paisagens e forte participação do público, a segunda etapa do Campeonato Estadual de Ciclismo

foi mais um marco na temporada 2025 e consolida Rondônia como um celeiro de talentos e palco de grandes provas ciclísticas.

A próxima etapa já é aguardada com expectativa por atletas e torcedores, e a Federação promete continuar promovendo o ciclismo com qualidade, inclusão e incentivo ao turismo esportivo no estado.